

Esfera pública digital – fragilidades e desafios: uma introdução

Helena Sousa, Manuel Pinto, Elsa Costa e Silva

De difícil definição e complexa configuração, o conceito de esfera pública tem dominado grande parte da recente literatura em áreas como ciência política, estudos culturais, ciências da comunicação e sociologia dos novos *media*. Espaço que estabelece e organiza a relação entre o Estado e a sociedade civil, a esfera pública designa o domínio do interesse público onde os cidadãos procuram orientar o exercício do poder. Desde a sua conceção original proposta por Habermas (1968/1989) até configurações mais contemporâneas que incluem uma ecologia mediática pontuada pela internet, o conceito tem sido alvo de confrontações que procuram evidenciar as suas potencialidades, mas também as suas limitações, nomeadamente em termos da irreal pressuposta igualdade de circunstâncias dos participantes e universalidade de acesso.

Apesar de todas as críticas e limitações que lhe têm sido apontadas, a conceção de esfera pública apresentada por Jürgen Habermas tem permanecido como um conceito seminal no seio das reflexões científicas sobre as condições de funcionamento democrático das sociedades, assim como sobre o papel dos *media* na promoção da deliberação e do confronto de alternativas. A distinção original entre esfera pública e domínio privado tem perdido nitidez, mas continua a ser considerada com estrutural no conceito, ainda que acomodando novas fronteiras. Também a racionalidade implícita à argumentação e ao debate tem perdido a exclusividade das práticas discursivas, incorporando novas modalidades que vão da sátira ao humor, passando pela ironia e esbarrando, levemente e por vezes, em discursos próximos da incivilidade.

Indissociável da esfera pública desde a primeira concetualização, a comunicação social configura-se como central ao debate público, tanto nas suas formas mais tradicionais, como através das novas modalidades potenciadas pelas tecnologias digitais. A transformação do paradigma dos meios de comunicação de massas acarreta mudanças assinaláveis em termos das práticas mediáticas e do papel de cidadão / consumidor / produtor. Os novos *media*, em particular a internet, colocam novos desafios teóricos, metodológicos e práticos à constituição de uma esfera pública digital. Os espaços públicos convencionais de discussão são confrontados com diversas formas de socialização, com organizações em rede e com novos canais de disseminação e troca de informação que colocam ‘velhas’ questões em termos de poder, regulação, cidadania, participação.

Haverá lugar na internet para a constituição de uma esfera pública, que agregue vontades, argumentos, posições, defesas, consensos? Ou será a internet um espaço de irremediável fragmentação onde é impossível integrar e acomodar interesses de natureza coletiva? Estas inquietações não têm uma resposta óbvia, obscurecida pela novidade de muitos destes novos processos e também pela complexidade do fenómeno. Esta dificuldade não obsta, pelo contrário, incentiva à exploração intelectual

das potencialidades da internet enquanto potencial promotora de uma esfera pública (Dahlgren, 2005). O nível e os estilos de participação política dos cidadãos, condição indefetível da constituição da esfera pública, estão a ser desafiados por estas novas tecnologias e as limitações apontadas ao próprio conceito de esfera pública não podem ser um impedimento ao questionamento das suas consequências. Pessimistas ou otimistas face às potencialidades da internet, não há dúvidas que estas novas tecnologias acarretam uma mudança de paradigma no que diz respeito às nossas noções de política ou sociedade (Charles, 2012).

A democracia, enquanto fenómeno histórico, deve ser de-naturalizada de forma a poder-se conceber um modelo que comporta as transformações das sociedades contemporâneas. Democracia assenta num pilar problemático, o da participação cívica, conceito também ele histórico e sujeito a contingências da interação social que o moldam e desafiam. Os cidadãos participam cada vez menos nos mecanismos formais democráticos, como as eleições, demonstrando um afastamento ou “disengagement” – um termo anglo-saxónico para qual faltará uma tradução precisa no léxico português. Putnam (1995) fala numa certa erosão da confiança nas instituições sociais para afirmar o declínio do capital social, um termo que designa as redes sociais e normas de reciprocidade que são o cimento da democracia e das sociedades.

Esta narrativa é confrontada, por outro lado, pela existência de outras formas de política, extra-partidária, extra-organização. O domínio da política está a transmutar-se, e deixou os corredores das sedes partidárias, dos parlamentos, dos gabinetes ministeriais. A noção de política alarga-se, incluindo novas modalidades de participação e negociação, de impacto variável. Contrariamente à política parlamentar, representativa, não temos aqui a exigência de coerência ou de um cânone ideológico declarado – é este também o domínio da sátira humorística, das letras de música hip-hop, de séries ficionadas ou de blogues e páginas de facebook.

Estas novas identidades cívicas surgem ligadas a novas ideologias, desconectadas de partidos políticos, e isto leva-nos a considerar que os novos media – cada vez mais entranhados no nosso quotidiano – poderão promover relações sociais de carácter político. Mas os optimismos desenfreados devem ser travados ou, pelo menos, contextualizados com a realidade da rede, a de que, atualmente, há mais oportunidades para o consumo e entretenimento do que para as práticas políticas. A realidade da rede é também a da crescente vigilância sobre os utilizadores, a comercialização de dados de utilização e de perfis (Dean, 2010). A natureza da rede é a de um design pensado por interesses corporativos, por grandes empresas privadas, cotadas em bolsas e avaliadas em milhões.

A lógica da rede pode também ser a das “mentes parecidas”, numa lógica de “gostos” que não expõe ao confronto, à diversidade. A lógica da rede é a da luta pela atenção, luta crescente dada a proliferação de sites, de oportunidades, que contrasta com uma prática cada vez mais “googlerizada” que faz com que os “mais vistos” sejam cada vez mais os mais vistos – a “Google-hierarquia” – e remetendo para a obscuridade dos confins da rede todas as outras contribuições que poderiam fazer desta uma esfera pública plural.

As experiências metodológicas que dão origem ao corpo de artigos que constituem esta revista são diversificadas, mostrando que a abordagem a esta problemática obriga a uma abertura a diferentes métodos de análise. Em dois artigos, os autores optaram pelos inquéritos para investigar práticas e, em outros dois, os investigadores analisam-nas pela perspectiva da análise qualitativa, olhando para as suas contribuições em sites informativos, nomeadamente para os comentários que produzem. É possível ainda avaliar a esfera pública digital pela análise crítica de blogues ou pensando, em termos da sua conceção, sobre a sua ontologia. Estas são as propostas dos contribuidores deste número.

Assim, **Micheline Frenette** e **Marie-France Vermette** oferecem-nos uma análise comparativa de jovens adultos de diferentes países e a sua participação na esfera pública digital. Através de um instrumento aplicado a jovens universitários do Canadá, França, Suécia e México, as autoras evidenciam a necessidade de contextualizar a análise, já que diferentes enquadramentos sociais e políticos originam diferentes níveis de participação, não havendo um único perfil de participação no que toca a jovens adultos – contrariamente ao que alguma literatura parece supor.

Também usando a metodologia de inquérito, **Santiago Giraldo Luque**, **Juan Francisco Martínez Cerdá** e **María Oralia Paredes Sánchez** propõem uma análise crítica das práticas mediáticas dos espanhóis a propósito do movimento 15M, o movimento dos Indignados. Com o objectivo de perceber a disseminação de informação através das redes sociais, os autores realizaram um inquérito a utilizadores da internet, que demonstrou ainda a importância central dos media tradicionais e a prática ainda diminuta de criação de conteúdos próprios por parte dos utilizadores.

Marisa Torres da Silva opta por uma análise qualitativa dos comentários a notícias online de dois meios de comunicação portugueses para investigar a qualidade da deliberação pública. Demonstrando que, apesar do potencial que encerram, a maior parte dos comentários às notícias distancia-se do paradigma habermasiano de deliberação crítico-racional, a autora assinala que este espaço potencia, ainda assim, a promoção do diálogo e reciprocidade entre os públicos dos meios de comunicação tradicionais.

Olhando também para os comentários online de um jornal finlandês, **Kim Standberg** e **Janne Berg** chegam a conclusões muito semelhantes sobre a ambivalência deste mecanismo de participação. O nível de justificação apresentado pelos leitores para as opiniões manifestadas e o raciocínio lógico que lhe subjaz será apenas suficiente (numa escala construída a partir de indicadores mensuráveis propostos pelas autoras) e há falhas a nível da reciprocidade e da negatividade nas interações, concluindo as autoras que os comentários podem constituir uma plataforma de conversas democráticas, mas igualmente de conversas de circunstância.

A perspectiva de **Maria Francesca Murru** passa por analisar as categorias de público para estudar de que forma as novas modalidades de interação potenciadas pelas tecnologias online ajudam ao empoderamento das novas práticas cívicas. O seu objecto de estudo é o blogue italiano de Beppe Grillo, um comediante que recentemente se tornou nos últimos anos um fenómeno no campo político italiano, particularmente depois das eleições legislativas”, e, partir de uma amostra de textos aí publicados, a autora assinala

que este espaço não foi capaz de produzir uma democratização nos media por rejeitar as potencialidades interativas e participativas da tecnologia digital.

Finalmente, **Pedro Andrade** propõe uma ontologia da esfera pública digital, caracterizando a transição da web 2.0 para uma nova configuração, a de web 3.0, habitada por lugares virtuais que incluem não apenas informação, mas essencialmente conhecimento. Esta é, assinala o autor, uma condição essencial de construção da esfera pública digital, que assenta numa cidadania capaz de produzir saber de um modo participativo. ✍

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Charles, A. (2012). *Interactivity: new media, politics and society*, Oxford: Peter Lang.

Dahlgren, P. (2005). 'The Internet, public spheres, and political communication: dispersion and deliberation', *Political Communication* 22: 147-162.

Dean, J. (2010). *Blog theory – feedback and capture in the circuits of drive*, Cambridge/Malden: Polity Press.

Habermas, J. (1989). *The Structural Transformation of the Public Sphere*, Cambridge: MIT.

Putnam, R. D. (1995). 'Bowling Alone: America's declining social capital', *Journal of Democracy* 6 (1): 65-78.